



ESTADOS UNIDOS

Deputados intimam Trump a depor

Comitê parlamentar de investigação sobre a invasão ao Capitólio pretende escutar o ex-presidente sobre os incidentes de 6 de janeiro de 2021. Magnata republicano denuncia “golpe publicitário” e desafia o Legislativo. Especialistas veem interrogatório como improvável

» RODRIGO CRAVEIRO

Todos os nove integrantes do comitê bipartidário criado pela Câmara dos Representantes para investigar responsabilidades pela invasão ao Capitólio, em 6 de janeiro de 2021, votaram a favor de intimar o ex-presidente Donald Trump a prestar depoimento. “Ele é obrigado a responder por suas ações. Ele deve explicações aos policiais que colocaram suas vidas e seus corpos em risco para defenderem a nossa democracia”, declarou o deputado democrata Bennie Thompson, líder do comitê. A republicana Liz Cheney, vice de Bennie, assegurou que o comitê dispõe de “informações suficientes para considerar encaminhamentos criminais para vários indivíduos”. “Devemos buscar o testemunho, sob juramento, do personagem central do 6 de janeiro”, defendeu Cheney. “Todo o americano tem direito às respostas; então, podemos agir agora para proteger a nossa república.”

Trump desqualificou a intimação, ao chamá-la de “golpe publicitário”. “Por que a ‘Descomissão’ não pediu que eu testemunhasse meses atrás?”, questionou o magnata republicano na Truth Social, a rede social criada por ele. “Por que eles esperaram até o fim? Porque o comitê é um completo fiasco, que só serviu para dividir ainda mais o nosso país, que, aliás, está indo muito mal. Uma chacota para o mundo?”, provocou. A intimação a um ex-presidente ou a um presidente em exercício

Jonathan Ernst/Getty Images/AFP



Vídeo sobre Trump é exibido em sessão do comitê bipartidário: decisão para apurar responsabilidade no ataque ao Congresso, que deixou cinco mortos



Devemos buscar o testemunho, sob juramento, do personagem central do 6 de janeiro"

Liz Cheney, deputada republicana, número dois do comitê

não é sem precedentes, apesar de rara. Em 1848, o Congresso interrogou dois ex-chefes de Estado — John Tyler e John Quincy Adams. Três presidentes em exercício prestaram depoimento no Capitólio: George Washington, Abraham Lincoln e Gerald Ford.

Caso se ausente do interrogatório, Trump poderá ser acusado de desacato ao Legislativo. Nesse cenário, a Câmara dos Representantes votaria uma moção que seria



Por que a 'Descomissão' não pediu que eu testemunhasse meses atrás?"

Donald Trump, em sua rede social Truth Social

apresentada ao Departamento de Justiça, que teria o poder de decidir se abre ou não um processo criminal. Durante a sessão de ontem, o comitê apresentou evidências de que Trump pretendia declarar vitória nas eleições de 2020, quaisquer fossem os resultados das urnas.

Simbolismo

Ex-procurador federal e advogado na firma Rottenberg Lipman Rich P.C. (em Nova York),

Mitchell Epner afirmou ao **Correio** que não espera ver Trump testemunhar ante o comitê. No entanto, considerou que a decisão da instância bipartidária foi “uma maneira poderosa” de encerrar suas atividades. “Desde o início, acreditei que um dos objetivos do comitê foi mobilizar a opinião pública para a possibilidade de o ex-presidente ser acusado criminalmente. Nesse sentido, creio que o trabalho do comitê foi muito exitoso”, avaliou.

De acordo com Epner, Trump poderia frustrar a intimação, ao apresentar uma moção para anulá-la nos tribunais. “É uma certeza virtual que a intimação expirará em 31 de dezembro, término do mandato atual do Congresso, antes que a própria moção seja decidida”, alertou. James Naylor Green, historiador político da Universidade Brown (em Rhode Island), também duvida que Trump obedeça à intimação. “O Congresso não pode enviar a polícia para prendê-lo. Ele usará vários argumentos, por ter o privilégio do Executivo de não responder. Também tem o direito de ficar calado, respaldado pela 5ª Emenda da Constituição. Trump aposta na vitória dos republicanos, nas eleições legislativas de 8 de novembro, para extinguir o comitê”, explicou à reportagem.

Em outra derrota para o republicano, a Suprema Corte rejeitou o pedido de Trump para intervir na batalha legal sobre os documentos sigilosos apreendidos pelo FBI em sua casa em Mar-a-Lago, na Flórida. Trump tinha instado a máxima Corte a suspender a sentença do tribunal de apelações que voltou a dar acesso aos documentos para o Departamento de Justiça.

Atirador de Parkland escapa da pena de morte

Na sala do tribunal do Condado de Broward, em Fort Lauderdale, Nikolas Cruz, 24 anos, não esboçou emoção quando a juíza Elizabeth A. Scherer leu o veredicto do júri, formado por sete homens e cinco mulheres. O atirador que assassinou 14 estudantes e três funcionários da Escola de Ensino Médio Stoneman Douglas, em Parkland (Flórida), em 14 de fevereiro de 2018, será sentenciado à prisão perpétua, sem direito a liberdade condicional. A decisão do júri marcou o fim de um julgamento que durou três meses e revoltou famílias das vítimas, que pediam a pena de morte para o jovem. Muitos pais carregavam as fotos dos estudantes assassinados e não seguraram as lágrimas ao deixarem a sala de audiências. Manuel Oliver

— pai de Joaquín, morto por Cruz aos 17 anos — foi representado no tribunal pela mulher, Patricia Padauy, e pela filha, Andrea Ghersi.

Em entrevista ao **Correio**, ele disse que a sentença foi “injusta” com o filho e com as outras 16 vítimas do atirador. “Se existe legalmente a pena de morte na Flórida, esta seria uma circunstância para sua aplicação. Ele é um assassino confesso, que, de forma deliberada, matou 17 pessoas. Para mim, era mais do que suficiente a adoção da pena máxima”, afirmou. “Essa é a lei, e nós seguiremos fazendo o que temos feito o tempo todo. Nós envidaremos todos os esforços em busca de leis melhores e de maiores restrições sobre o mercado de armas.”

Para Oliver, a decisão do júri

Amy Beth Bennett/Getty Images/AFP



representa uma “bofetada à justiça”. “Isso abre precedente e envia uma mensagem de que se pode matar pessoas e sair, pelo menos, livre da

pena de morte”, observou, ao relatar que todas as famílias das 17 vítimas vivem uma “espécie de choque”. “Estou decepcionado, enquanto

Nikolas Cruz (C) assiste ao próprio julgamento, em Fort Lauderdale: 17 assassinatos premeditados

pai de Joaquín, mas não triste. Fiquei muito triste quando ele foi assassinado. Foi um momento que marcou a minha vida. O dia de hoje (ontem) não marca a minha vida, mas me ofende”, disse.

“Não poderia estar mais decepcionado com o que aconteceu hoje”, disse à agência France-Press Fred Guttenberg, cuja filha de 14 anos, Jaime, foi umas das vítimas. “Estou atordoado. Estou devastado. Há 17 vítimas que hoje não receberam justiça. Este júri falhou com nossas famílias.” (RC)

Eu acho...

Arquivo pessoal



“Tínhamos a oportunidade de castigar o assassino confesso com a pena de morte. Esperamos que isso ocorra de alguma forma. Todos sabemos que as prisões são locais muito perigosos e que têm sua própria lei. Como pai, seguirei honrando o meu filho e fazendo o que tenho feito desde o dia em que Joaquín nasceu, que é amá-lo, respeitá-lo e honrá-lo.”

Manuel Oliver, pai de Joaquín Oliver, 17 anos, uma das vítimas do massacre

UCRÂNIA

Moscou ameaça com guerra mundial

Alexander Venediktov, secretário adjunto do Conselho de Segurança Nacional da Rússia, alertou ontem que uma eventual adesão da Ucrânia à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) é o caminho para um conflito que arrastará o mundo inteiro. “Kiev está bem ciente de que tal passo significaria uma escalada garantida para uma Terceira Guerra Mundial”, afirmou à agência de

notícias russa Tass. Ele acusou o Ocidente de ser “parte direta no conflito”. As declarações de Venediktov colocam mais tensão ante reiteradas ameaças de autoridades do Krtlenlin sobre o uso de armas nucleares táticas e coincidem com um momento delicado das forças de Moscou no país.

No front, a Rússia anunciou que ajudará a organizar a retirada dos moradores da

província ucraniana de Kherson, que anexou no mês passado, em um novo sinal de que a contraofensiva ucraniana segue avançando. O anúncio ocorre um dia depois que a Ucrânia reivindicou ter recuperado cinco localidades dessa região, no sul do país. “O governo decidiu organizar uma ajuda para a remoção dos habitantes para outras partes do

país”, declarou o vice-primeiro-ministro russo, Marat Khusnul-lin, à TV russa.

Previamente, as autoridades de ocupação russas de Kherson tinham pedido a Moscou que retirasse os civis desse território anexado pela Rússia no fim de setembro e alvo de uma contraofensiva do Exército ucraniano. “Pedimos que todos os moradores da província de Kherson

que queiram se proteger dos mísseis (ucranianos) possam ir para outras regiões” russas, afirmou no Telegram o chefe da administração regional de ocupação, Vladimir Saldo. “Peguemos seus filhos e vão.” Kherson, localizada perto da fronteira da Crimeia, foi a primeira metrópole conquistada pelas forças russas desde 24 de fevereiro.

Ataque nuclear

O chefe da diplomacia da União Europeia (UE), Josep Borrell,

enviou uma forte mensagem ao Kremlin depois de ameaças veladas do presidente russo, Vladimir Putin, de recorrer a armamentos nucleares na Ucrânia. “Qualquer ataque nuclear contra a Ucrânia vai gerar uma resposta; não será uma resposta nuclear, mas será tão forte do ponto de vista militar que o Exército russo ficará aniquilado”, advertiu. Para Borrell, Putin “garante que não está mentindo. E não pode se dar ao luxo de blefar agora”. Mas “aqueles que apoiam a Ucrânia também não estão blefando”, apontou.